



Expediente

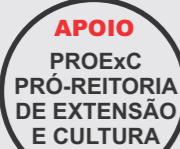
Coordenação: Themis Cunha e Marcelo Faria

Revisão: Rosale Matos, João Marcus, Daniel dos Santos

Diagramação: Job Designer
Tel.: |21| 7831.4121 ID: 8*36362

Divulgação: Priscila Vaisman, Themis Cunha, Marcelo Faria e Marcello Gonçalves

Colunista: Bruno F. Leite e Victor Kling



Agenda

Petição manifesto Contra a Eliminação de Monografias e Demais Trabalhos de Conclusão de Curso. Pedimos a todos que leiam e assinem a petição

<http://www.peticaopublica.com/?pi=ttdifes>

www.JOB DESIGNER.com.br

Produção Gráfica

CNPJ: 13.309.078/0001-34 NIRE: 33-8-0118800-5

Garrafinhas Brindes de todos os tipos
Camisas Banners
Canetas Azulejos Latinhas Adesivos
Folhinhas
Canecas Bolsas

(21) 3246-0537
7831-4121 ID.: 8*36362



IMA - O JORNAL

Inspiração Miscelânea Arquivística

TWITTER IMA: @imiscelanea - FACEBOOK IMA: <http://www.facebook.com/JornalIMA> - E-MAIL: inspiracao@gmail.com

Edição nº 16 - Maio de 2012

EDITORIAL

O IMA tornou-se um veículo de comunicação muito importante na vida dos estudantes, da Unirio e da própria Arquivologia. E como pólo fomentador de discussões, a edição de maio toca num assunto muito importante na vida estudantil: o estágio. Será que você leitor já se conscientizou da importância desta fase, que obrigatoriamente, todos têm que fazer? Uns consideram o estágio mais um trabalho qualquer, outros uma oportunidade de adquirir ou colocar em prática conhecimentos adquiridos na universidade. De repente, você é daqueles que só pensa no dinheiro, mesmo que tenha que ficar apenas tirando fotocópias. É justamente sobre este tema que o IMA dá uma atenção especial este mês, para que todos possam refletir, discutir e opinar. E nossa contribuição se dá com excelentes textos para leitura atenta de todos, tais como o texto da professora Mariza Bottino, que fala do estágio como instrumento educativo, o do novo integrante do IMA, o Marcello Gonçalves, com um texto sobre sua análise sobre a teoria e a prática dos estágios, e o texto da Thais Tavares Martins, que é nossa colunista desta edição especial, com o tema que defendeu sua monografia: “A Percepção dos Estudantes de Arquivologia da UNIRIO

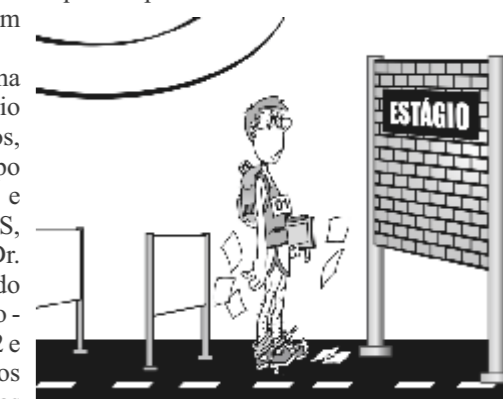
sobre seus Estágios”.

Mantendo a tradição, vem aí em junho o XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia, com o tema: Preservação, Acesso, Difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI, de 18 a 22 de junho 2012, que agora está dando desconto de 60% nas inscrições para professores e alunos, e o V Congresso Nacional de Arquivologia, que será realizado em outubro, mês do arquivista, em Salvador, na Bahia, procurando promover diálogos sobre questões atuais relacionadas à Internet e a Arquivologia, com a expectativa de cerca de mil inscritos, e que com certeza serão eventos a serem prestigiados.

E por falar em prestígio, houve uma mesa redonda, no dia 08.05.2012, no auditório do CCET, da UNIRIO, sobre “Arquivos, Memória e Ditadura”, promovido pelo grupo de pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais - CDOC ARREMOS, com a presença dos palestrantes Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça, Diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, que refletiu sobre os marcos de 1982 e 1992, quando do recolhimento aos arquivos públicos dos documentos provenientes das

Delegacias de Polícias Políticas - DOPS, demonstrando o papel dos arquivos e dos documentos no processo de redemocratização do país; o Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta, analisando diversos tipos de memória e na Lei de Anistia de 1979, que deve ser revista, buscando uma memória justa, e a moderação do Prof. João Marcus Figueiredo Assis, do DEPA/CCH/UNIRIO.

Trazemos também a sempre e importante AGENDA, que aponta cursos, eventos e informações úteis a todos que procuram se instruir e se qualificar, seja como aluno ou arquivista profissional. Boa leitura!



ARTE: Alex Muniz

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO SOBRE SEUS ESTÁGIOS

Thais Tavares Martins
Arquivologia - 7º período

A ideia de realizar um trabalho de conclusão de curso com a temática relacionada a estágios resultou de um interesse pessoal pelas questões relacionadas ao arquivista e a sua formação. As experiências nos estágios foram decisivas, tanto na minha formação como profissional, quanto na provocação da questão norteadora da minha pesquisa: Como os estudantes de Arquivologia da UNIRIO percebem seus estágios?

O estágio se configura em um dos elementos fundamentais da formação profissional, tendo em vista que possibilita a articulação da teoria e da prática, lidando com competências específicas da Arquivologia, reflexão sobre o agir profissional e a vivência em um ambiente de trabalho.

A pesquisa foi realizada com 75 questionários respondidos dentro de uma realidade de 296 alunos matriculados no curso

de Arquivologia, sendo 80 alunos matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II e Estágio Supervisionado III, no segundo semestre letivo de 2011. Foi possível identificar que a maioria dos estudantes de Arquivologia da UNIRIO realiza estágios em serviços de arquivo (71,62%) em instituições privadas (60,53%). Realizando um balanço dos resultados, destacamos como principais indicadores positivos os 62,67% dos estagiários que tem liberdade de diálogo e de propor melhorias na realização das atividades, 56% dos estagiários se sentem estimulados a buscar qualificação, 68% dos alunos acham que a sua remuneração é justa em relação às atividades que realizam, são supervisionados por arquivistas, e vêem no estágio a possibilidade de descobrirem as atuações possíveis dos arquivistas, formando também uma imagem do profissional e podendo

amadurecer suas decisões profissionais.

Já em relação aos indicadores negativos, destacamos os 58,11% dos estagiários de Arquivologia que não recebem ou às vezes recebem retorno sobre seu desempenho, a maioria das atividades arquivísticas realizadas se aproximando das atribuições de técnico de arquivo e não de arquivistas, e as incoerências relativas ao uso dos instrumentos arquivísticos na realização das atividades.

A pesquisa não teve a intenção de isentar o estudante de responsabilidade em sua relação com o estágio, pelo contrário, evidenciar que a sua atuação na relação com a universidade e com a instituição concedente deve ser efetiva, formando um ciclo e fazendo valer sua condição de aluno e estagiário, sendo o elo e porta-voz de todas as partes.

XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia – 40 anos, com o tema “Preservação, Acesso, Difusão: Desafios para as Instituições Arquivísticas no Século XXI”, de 18 a 22 de Junho, no Rio de Janeiro.

O **eDOC 2012** Rio de Janeiro será realizado nos dias 27 e 28 de junho e focará duas perspectivas: a Gestão Eletrônica de Documentos (GED) e a *Enterprise Content Management* (ECM). O evento irá contemplar outros tópicos de interesse de Arquivologia, Biblioteconomia, Gestão da Informação dentre outras áreas como, por exemplo, gestão de documentos, *PaperLess*, digitalização e microfilmagem, certificação digital e legalização de documentos digitais e boas práticas em projetos de ambientes digitais. Informações: http://edocconsultoria.com.br/site/edoc/rio_de_janeiro_rj

V Congresso Nacional de Arquivologia, com o tema “Arquivologia e Internet: Conexões para o Futuro”, de 01 a 05 de outubro de 2012, em Salvador, na Bahia.

ESTÁGIO: UMA OPORTUNIDADE PARA A VIDA TODA

Marcello Gonçalves
Curso de Arquivologia - 5º Período

Ao entrar na faculdade, uma das primeiras coisas com as quais o futuro arquivista se depara é com a grande quantidade de oportunidades de estágio, dos mais diversos tipos de empresas e muitas das vezes nos primeiros períodos. Essa grande quantidade de oportunidades nos mostra uma carência que o mercado apresenta em relação aos profissionais que gerenciem e organizem a documentação existente, evidenciando as possibilidades que o mercado abre para nós, futuros profissionais. Apesar de este cenário abrir uma gama de possibilidades, é necessário que haja cuidado ao ingressar no mercado de trabalho, principalmente nos primeiros períodos, onde o recém-chegado aluno de Arquivologia é tomado por uma grande quantidade de oportunidades de estágio.

O grande perigo de ingressar prematuramente no ramo de trabalho da Arquivologia é que em alguns casos o estagiário é visto como a solução mais rápida e barata para a empresa. E muitas das vezes este aluno irá desempenhar atividades não relacionadas com o trabalho arquivístico, o que conseqüentemente pouco irá acrescentar ao seu desenvolvimento profissional na área.

Para que haja um maior aproveitamento do que é aprendido dentro da universidade, é necessário que o futuro arquivista tenha em mente não somente os

benefícios financeiros ou o status que o trabalho pode proporcionar para um estudante recém-chegado, mas também entender esse como uma extensão do seu curso, aproveitando para utilizar tanto a teoria aprendida em aula, como também trazer as práticas aplicadas no mercado de trabalho para dentro do curso. Este intercâmbio é importante para a nossa área, uma vez que o estágio (fazer técnico) é reforçado pela teoria das salas de aula, assim como a parte teórica é reforçada pela a experiência vista no trabalho, e que são levadas pelos estudantes.

Outra situação que atrapalha bastante a relação entre a teoria aprendida em aula e a prática dentro dos estágios é o fato do estudante muitas vezes não ter a supervisão de um profissional já formado, não tendo uma ferramenta importante para o seu desenvolvimento, que é o diálogo com um arquivista, que já tem uma experiência com relação aos afazeres arquivísticos, e que pode orientar melhor o estudante em formação.

Hoje em dia, a empresa busca no estagiário um comprometimento e uma proatividade que podem sinalizar o bom profissional que está em formação, fazendo assim com que a disposição e a vontade demonstrada pelo estudante possa levar a uma futura contratação após a sua formação. Ao entrar num novo trabalho, é necessário que se busque sempre “vestir a camisa da empresa” e

se possível, propor sempre aperfeiçoamentos e inovações, mostrando que o estudante está interessado e que pensa no bem da instituição. Por esta razão, que é muito importante que o estagiário esteja atento, e escolha com muito cuidado a empresa em que irá estagiar, escolhendo assim um lugar que o faça crescer e que sirva de aprendizado para a sua carreira.

Cabe também ao estagiário após se formar, ter a preocupação de se colocar como um profissional já formado, regulamentado, e sindicalizado; para que assim nós arquivistas não fiquemos à margem de salários abaixo do teto, e para que não mais exista a falta de reconhecimento dentro das empresas e da sociedade. Demonstrando assim, que a preocupação de valorização deve partir primeiramente do arquivista, a fim de que após a consolidação da área, aí sim o mercado nos veja com um papel estratégico, para o bom funcionamento da organização.

Portanto o arquivista, seja ele estagiário ou não, tem que ter a noção de que seus afazeres não são apenas técnicos, que as suas escolhas refletirão no seu trabalho, e conseqüentemente na consolidação dos profissionais e dos estudos arquivísticos. Com isso, caros amigos arquivistas, olhos bem abertos já que o nosso mercado é bom, e o que não nos falta é oportunidade para crescer!

O ESTÁGIO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Mariza Bottino - Arquivista
Profª do Curso de Arquivologia da UNIRIO - marizabottino@globocom

O estágio é um instrumento educativo desenvolvido no ambiente profissional que estabelece a articulação entre o estudo teórico e o saber prático, com a finalidade de desenvolver mecanismos de interação do aluno com a realidade prática do mercado de trabalho.

O estágio, por sua importância e pertinência, integra o projeto pedagógico do Curso de Arquivologia, e se constitui em instrumento privilegiado para associar desempenho e conteúdo de forma sistemática e permanente. Ele traz indicadores da maior relevância que contribuem para a revisão dos conteúdos programáticos de diferentes disciplinas, propiciando a reformulação curricular e conseqüentemente a elaboração de um novo desenho didático-pedagógico do curso.

Através do estágio o aluno é levado a conhecer e a ter contato com a realidade arquivística, tanto de instituições públicas quanto privadas, bem como colocar em prática os ensinamentos teóricos adquiridos, ampliando sua área de conhecimento, o que vem de encontro aos preceitos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), sendo um deles o estímulo à

prática e a vivência da profissão em estudantes da graduação. A consecução desses objetivos requer interação constante entre os elementos do trinômio instituição de ensino – discente – instituição do estágio.

A Lei de nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, estabelece no artigo 7º as responsabilidades da instituição de ensino em relação ao estágio de seus discentes, valendo destacar: a) firmar termo de compromisso com o aluno e avaliar as instalações da instituição concedente do estágio; b) sua pertinência quanto à formação cultural e profissional do educando; c) as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, e, d) indicar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

Para que o estágio cumpra seu papel de ser um recurso utilizado na formação global do estudante é fundamental a implementação de diversas ações, cabendo ao professor responsável pelo estágio fomentar parcerias através de convênios com empresas e instituições arquivísticas, tanto públicas quanto privadas. Ele deve elaborar

formulários (mapa de estágio e ficha de avaliação) capazes de proporcionar aos alunos uma nítida leitura das atividades desenvolvidas; promover encontros programados onde estes alunos terão a oportunidade de dirimir dúvidas e receber orientação não só ao que tange o aspecto cognitivo, mas também comportamental norteado por padrões éticos inerentes ao ser humano e, principalmente, à própria profissão; discutir a legislação pertinente ao Programa de Estágio existente no âmbito federal e na universidade, e mesmo divulgar claramente, em tempo hábil, junto aos alunos, as entidades conveniadas com a universidade e as ofertas e oportunidades que chegam ao curso. Por fim, é importante incentivar a prática do estágio nos setores da universidade, devido ao retorno de significativo benefício não só para a instituição como também para o aluno.

A indissociabilidade entre ensino e prática profissional através de estágio é condição mais do que fundamental para o desenvolvimento integral do aluno, e sua conseqüente preparação para o trabalho pautado nos princípios éticos, contribuindo assim para a verdadeira prática da cidadania.

MESA REDONDA: ARQUIVOS, MEMÓRIA E DITADURA

Rosale de Mattos Souza
Profa. Assistente
DEPA/CCH/UNIRIO

No dia 08.05.2012, às 18:00 h, ocorreu a Mesa Redonda “Arquivos, Memória e Ditadura”, organizada pelo grupo de pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais - CDOC ARREMOS, tendo como convidados palestrantes o Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça, professor de História da Universidade Federal Fluminense – UFF, participa do Laboratório de História Oral e Imagem – UFF, Diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, e prof. Convidado do Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos, da UNIRIO, que se dedica às questões que envolvem Patrimônio Cultural; e o Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta, Mestre em Memória Social e Documento, Doutor em Memória Social, com estágio doutoral na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* – EHESS de Paris, prof. do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Severino Sombra, em Vassouras - RJ, da graduação do IUPERJ da Universidade Cândido Mendes, e membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. A moderação da mesa redonda foi do Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis, Arquivista, e Sociólogo, Doutor em Ciências Sociais pela UERJ, do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA, do CCH, da UNIRIO, e líder do grupo de pesquisa, que pediu desculpas ao público, pois a profa. Icléia Thiesen, que teve que se ausentar do evento em função de motivos particulares, e apresentou os demais integrantes do grupo de pesquisa. Para este evento contou-se com o apoio do CCH, da Escola de Arquivologia, do DEPA, do Diretório Acadêmico, do aluno André Daniel, da UFF, que fez o site do evento, do Projeto de Extensão, da PROEXC/UNIRIO – “IMA – O Jornal”.

Foram apresentados antes dos debates o texto “As músicas como documentos: o tom da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)” pela profa. Rosale de Mattos Souza, Jornalista e Arquivista, com Mestrado em Ciência da Informação pela UFRJ, Especialista em História do Brasil pela UFF, do DEPA/CCH/UNIRIO; o Arquivista, músico, e ex-aluno do curso de Arquivologia da UNIRIO, Bruno Ferreira Leite, que tocou músicas emblemáticas ao violão sobre o período, e ainda a cantora convidada Neyla que apresentaram as músicas “Mamãe Coragem”, “O Bêbado e o Equilibrista”, “Dê um Rolê”, entre outras. Durante o evento, foram passadas imagens sobre o período da ditadura, ao som da música “Construção”, de Chico Buarque de Holanda.

Na fala do Prof. Paulo Knauss destacamos alguns comentários mais relevantes, tais como: “No período da Ditadura foram suprimidas ou transferidas escolas universitárias, mas o antigo prédio da Faculdade de Medicina no espaço que é hoje ocupado pela UNIRIO foi literalmente destruído.

O Prof. lembrou da participação do Prof. José Pedro Esposel, quando da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, em 1972, coincidindo com a sua atuação como prof. de História da UFF, na mudança da grade curricular daquele curso, incluindo uma disciplina de Metodologia da Pesquisa Histórica, relacionando os arquivos com a história, e desde então passamos a ficar sensibilizados com esta perspectiva. Entendo que os arquivos e a Ditadura fazem parte de um processo, ou seja, os arquivos como parte do processo de redemocratização do país.

No início dos anos 1980, Brizola assumiu o Governo do Rio de Janeiro, e posteriormente Roberto Requião, foi governador no Paraná. À exemplo do caso de Rui Barbosa que mandou queimar documentos da escravatura no Brasil, ao que tudo indica, houve quem pensasse em queimar documentos das Delegacias de Polícias Políticas, tal como ocorreu no Rio Grande do Sul. Em 1982 foi um ano emblemático para a Arquivística, pois o processo de redemocratização do país levou ao fim das Delegacias de Polícia Política, levando a um processo judicial que terminou em 1992 com a decisão de recolher aos Arquivos Públicos Estaduais os arquivos do DOPS ou DEOPS. Este fato foi um marco arquivístico, valorizando o princípio do respeito à ordem federativa e valorizando a pesquisa probatória no país. Várias pessoas e famílias atingidas pela ditadura na época achavam que a documentação era pessoal, e que portanto deveria ser devolvida aos citados.

Pela primeira vez houve a preocupação com a história do tempo presente e com os documentos da história contemporânea. Quando houve o recolhimento da documentação do DOPS para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a aproximadamente um quilômetro linear de papel, não havia clara dimensão do acervo. Assim, por exemplo, a princípio se chegou a transportar os documentos iconográficos num pequeno carro de passeio, o que se demonstrou uma missão difícil, tal o volume de documentos provenientes daquele órgão. O professor Knauss ressaltou ainda, que acha importante que hoje se refira àquele período do golpe de 64, como um golpe Civil-Militar, como indica o debate historiográfico mais recente, pois diversos setores da sociedade teve parcela de responsabilidade no que aconteceu ao apoiar a ordem institucional estabelecida. Pode-se entender que aqueles documentos do DOPS que foram produzidos em arquivos correntes faziam parte de uma cultura do segredo, dos documentos carimbados com marcas de confidencial, reservado. Entretanto hoje, estes documentos nos arquivos fazem parte da afirmação da democracia que se materializa no princípio do acesso à informação definido agora em lei própria, fazendo das condições de consulta a documentos parte da democracia, que deve ser construída dia após dia.”

Quando à fala do prof. Ricardo Pimenta, ressalta-se a citação de Nietzsche, feita logo no início da sua exposição – “apenas o que não cessa de causar dor fica na memória”. Durante a apresentação o Prof. Pimenta ainda discutiu os usos políticos presentes nas apropriações e nas políticas de memória como maneira de “sedimentar” interesses de indivíduos, grupos e instituições no Brasil. Com isso se tornava clara sua proposição de que “a memória é um espaço de disputa de poder”. Continuamente discutiu em sentido amplo a importância de se poder rever a memória e a história, por não ser demérito tal ação e sim parte possível e desejável de uma sociedade democrática plena, cuja “memória subterrânea”, em Michel Pollak, deveria poder aflorar de seu espaço de restrição muitas vezes imposto pelo próprio Estado ou por seus quadros dominantes. Para ele, coube à sociedade contemporânea, nos últimos anos, animar e incentivar os debates concernentes à inacessibilidade da sociedade e do cidadão comum à informação e, portanto, à memória possível através dos arquivos da repressão. Sendo realizadas, entre outras atividades, constantes críticas à abrangência da Anistia que legalmente justifica tal inacessibilidade por não advogar em favor de “revanchismos”.

O prof. Pimenta comentou sobre a Lei de Anistia de 1979, que acabou por anistiar integralmente os repressores da ditadura, enquanto não abrangia aqueles que estavam à frente da luta armada no Brasil. Uma inequívoca estratégia do governo à época, garantindo assim uma transição democrática “pelo alto”. Segundo ele, este problema ainda não está resolvido. E tomou especial proporção quando o Supremo Tribunal Federal votou em abril de 2010 a manutenção da lei, à despeito da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e outras associações e instituições que buscavam reverter tal situação; reiterando uma “cultura do silêncio”. O professor acredita que a Comissão da Verdade será um dispositivo importante para a identificação dos torturadores e pela comprovação dos fatos da transgressão aos direitos humanos ocorridos no Brasil naquele período discricionário. Lembrou da atuação da sociedade civil francesa quando buscou investigar e esclarecer os fatos e arbítrios realizados durante o Regime de Vichy (período da ocupação nazista na França, onde quadros franceses apoiaram e colaboraram amplamente tal ocupação), favorecendo a busca por uma “memória justa”, à luz de Paul Ricoeur, que em outros termos, parece ser uma busca que começa a se estabelecer finalmente no Brasil, que já havia sido criticado pela Organização da Nações Unidas – ONU, quanto à não revisão da referida Lei da Anistia uma vez que crimes de tortura, que são crimes contra a humanidade, não seriam passíveis de serem anistiados.”

O público do auditório participou com perguntas, que foram prontamente respondidas pelos palestrantes, de forma a esclarecer às questões debatidas sobre o período ditatorial brasileiro, e o Prof. João Marcus fez as últimas considerações sobre o papel dos arquivos e dos documentos para o processo democrático no país, e deu por encerrado o evento por volta das 21:00 h.